

COLONOS OU REASSENTADOS: DISPUTAS POLÍTICAS E IDENTITÁRIAS EM TORNO DA CONSTRUÇÃO DA PRAINHA DO REASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO DE ASSIS (1995-2009)

*Jorge Pagliarini Junior**

Resumo: Esta pesquisa pretende problematizar a construção de território pelos moradores do Reassentamento São Francisco de Assis, em Cascavel/PR, reassentamento rural surgido após movimento de luta de moradores do Sudoeste do Estado do Paraná com o Estado, quando da construção da Hidrelétrica de Salto Caxias. Assim, a partir do estudo das memórias dos moradores envolvidos com esse processo de luta e de outros que adquiriram propriedades no reassentamento nos dez anos passados de sua construção, destacamos disputas presentes nos viveres dentro do reassentamento e também nas cidades vizinhas a ele, lugares que também fazem parte do território a ser reconstruído.

Palavras-chave: Reassentamento São Francisco de Assis (Cascavel/PR), construção de território.

COLONISTS OR RELOCATED PEOPLE: IDENTITY AND POLITICAL DISPUTES SURROUNDING THE CONSTRUCTION OF THE "SMALL BEACH" OF SÃO FRANCISCO DE ASSIS' RESETTLEMENT (1995-2009)

Abstract: This research intends to discuss about the territory construction for the inhabitants of the São Francisco de Assis Resettlement (Cascavel/PR), an agricultural resettlement created after a strike between a Paraná southwestern movements with the Paraná State, when it had been constructing the Salto Caxias Hydroelectric. Therefore, taking as base the memories study of the involved inhabitants in the strike and from those who purchase properties in the re-settlement ten years after its construction, it is noticed current disputes in the life inside the re-settlement as well as in the cities nearby. Those are places that also are part of the territory to be reconstructed.

Keywords: The São Francisco de Assis Resettlement (Cascavel/PR), the construction of the territory.

Introdução

O objetivo deste trabalho¹ é o de problematizar a construção de territórios pelos moradores do reassentamento São Francisco de Assis, Cascavel, Paraná, moradores esses que, a partir de um processo de migração forçada, são designados e passam a se designar a si mesmos como reassentados². Para tanto, apresentaremos a materialidade do reassentamento e suas práticas atuais, seja a partir das políticas de implantação do turismo rural e do agronegócio, seja por práticas cotidianas como as relações de vizinhança, religiosidade e lazer, com o jogo de futebol. Essas práticas demonstram a existência de disputas econômicas e de apropriações culturais dos moradores locais ao reconstruírem seus territórios.

Essas disputas, como veremos, se dão ainda ao nível da memória (POLLAK, 1989), pois é significativo muitos dos entrevistados se dizerem próximos ao passado de luta no qual fora conquistado o reassentamento. Isso daria autoridade para se posicionarem diante da administração atual. Da mesma maneira, perceberemos como fora significativo enfatizar o passado de agricultor, referenciado quando se falava da trajetória anterior ao processo de migração forçado pela barragem de Salto Caxias, identidade assumida inclusive enquanto uma estratégia de inserção perante os moradores já estabelecidos na região.

Assim, enfatizaremos que essa conquista por territórios está permeada por disputas identitárias. Elas foram apresentadas a partir daqueles que se dizem empreendedores rurais e assim se destacariam nas atividades cotidianas; a partir da reivindicação de quem justifica a terra recebida por indenização pelo fato de que sempre esteve ligado ao trabalho com a terra; ou ainda, a partir da ligação dos sujeitos com o passado de luta contra o Estado para que fosse criado o reassentamento. Para apreendermos parte desse cotidiano seguiremos com as possibilidades teórico-metodológicas da História Oral, em específico numa linha próxima à problematizada por Portelli (PORTELLI, 1997).

Surgido nos anos de 1990, após movimento de lutas de agricultores que foram deslocados de suas terras no Sudoeste paranaense quando da construção da barragem de Salto Caxias, o reassentamento é formado também por agricultores que compraram terras na localidade³. Nas narrativas dos entrevistados e nos documentos estudados, produzidos pela Comissão Regional dos Atingidos por Barragem do Rio Iguaçu (CRABI), instituição que liderou os embates dos moradores até a chegada no reassentamento e nos primeiros anos de seu funcionamento, percebemos um forte discurso em torno da construção e da continuidade de uma união entre os moradores. Todavia, agora, com a segurança dos títulos das propriedades pelos moradores, essa união cede lugar, nas narrativas, às disputas e aos posicionamentos diversos em relação à administração local, e se propaga nas práticas culturais e sociais dos reassentados e visitantes do reassentamento.

Assim, portanto, a construção do reassentamento reflete tanto as apropriações de costumes, como relações de vizinhança e as tradições atribuídas ao homem da terra, práticas trazidas já no processo de migração, afinal, os reassentados eram na maioria dos casos agricultores, quanto disputas políticas atuais permeadas pela cobrança por certo empreendedorismo por parte dos moradores dali.

O resultado desses embates será discutido a partir do estudo de narrativas e envolve questões relativas à polêmica sobre a placa localizada na entrada do reassentamento, a qual nomeia o local como Colônia São Francisco de Assis, substituindo outra na qual se lia Reassentamento São Francisco de Assis. Além disso, o estudo também envolve as práticas com as quais ainda se

mantém certa união, que é o caso da ida à igreja e do jogo de futebol.

Ainda cabe destacar que este artigo é um recorte de uma pesquisa concluída em mestrado em 2009, e iniciada ainda com trabalho de monografia há aproximadamente quatro anos. Isto, de certa forma, contribuiu para que pudéssemos perceber disputas e configurações internas do processo de reassentamento. Da mesma forma, ser morador da cidade de Corbélia e vivenciar a construção desses territórios dos reassentados somou-se aos resultados alcançados (a respeito das relações campo-cidade e do questionamento de uma visão dicotômica para essas categorias históricas a partir da literatura, ver: WILLIAMS, 1998).

Existe uma “Colônia” São Francisco de Assis?

A sede do reassentamento localiza-se aproximadamente a dois quilômetros do trevo de acesso à localidade. Tem destaque, no trevo, a placa que nomeia a localidade, na qual se lê: *Colônia São Francisco de Assis, desenvolvendo o turismo rural*⁴. Uma estrada pavimentada com paralelepípedos liga esses espaços. A sede encontra-se na comunidade Alto Alegre e é utilizada por moradores de todo o reassentamento. Ali estão localizados o Colégio Estadual de Ensino Fundamental São Francisco de Assis, o posto de saúde, a igreja católica com salão de festa, a igreja evangélica, o campo de futebol e uma área de lazer, composta pelo lago, conhecido por Prainha, e, ao lado, o jôquei clube ou a hípica. Em frente ao lago foi construída uma lanchonete, local utilizado principalmente por visitantes das cidades vizinhas. Já ao lado da igreja há um bar, frequentado pelos moradores do reassentamento.

A Copel procurou manter as relações de vizinhança na distribuição espacial das famílias no reassentamento. Essa divisão pode ser percebida, inclusive, nos jogos de futebol que ocorrem no campo ao lado do colégio e do lago, onde as comunidades⁵ jogam entre si ou se juntam para desafiar outras equipes que representam localidades das regiões Oeste e Sudoeste do Estado.

Todos os entrevistados no reassentamento ressaltaram a boa estrutura do local: a construção do colégio, ocorrida logo no segundo ano do reassentamento; o posto de saúde entregue no ano seguinte; os bailes que organizam no salão de festas da igreja católica; a infraestrutura da igreja evangélica; as disputas de futebol de campo; e as quadras de futsal. Tal infraestrutura não existe somente na sede, pois nas comunidades foram também construídas capelas da igreja católica, campo de futebol e salão de festas.

Para estudarmos a operacionalidade desse lugar, entrevistamos também moradores da cidade de Corbélia, cidade vizinha ao reassentamento. Diariamente os reassentados buscam a rede de comércio dessa cidade. Por sua vez, parte significativa dos visitantes da “Prainha” é oriunda dos municípios de Corbélia e de Cascavel. Esses visitantes enfatizaram a existência de uma boa infraestrutura. Não foram raras as vezes em que o São Francisco de Assis foi

destacado por todos esses entrevistados enquanto um exemplo de organização. Para alguns, trata-se de exemplo de eficiência prestado pela organização do Estado; para outros, resultado da organização de moradores diante das reivindicações perante Copel, ou de ambas, para a maioria dos que se propõem a falar sobre o reassentamento.

Essa ênfase no resultado positivo e na ausência de reclamações nos levou a questionar se lidávamos com um silêncio dos entrevistados ou com uma aceitação geral, pois pouco se ouvia sobre conflitos locais.

Figura 1. Sede do Reassentamento São Francisco de Assis. Hípica e Prainha



Fonte: Imagem de Google Earth (Acesso em: 18 fev. 2011).

Se as opiniões não divergem a respeito da “boa estrutura”, a administração enfrentara disputas e divergências quanto ao uso da sede local, da Prainha e da construção da hípica. Há de se considerar que os visitantes geram rendas, consomem e dão lógica ao funcionamento do agronegócio e de demais iniciativas que visam agregar valor à produção familiar. De maneira geral, a problemática gira em torno da mudança do nome para Colônia São Francisco de Assis e que envolve disputas de interesses, expectativas e de memórias.

A criação da colônia reflete como se encontra o dilema em torno do ideal comunitário local. Percebemos as dificuldades dos moradores para se dizerem membros atuantes de uma comunidade, pois se temos presentes disputas internas, esse processo de construção do reassentamento necessita, muitas vezes, de uma ideia de união e que justificaria o recebimento de terras. Como bem destacou Bauman⁶, a sensação de segurança presente na palavra *comunidade* não dá conta de absorver as necessidades das sociedades individualistas em que vivemos (BAUMAN, 2003).

Outra problemática que norteia a questão é o próprio contato com o outro. O morador da cidade foi destacado quando os reassentados e/ou

colonos falavam da importância das cidades para a própria vivência no reassentamento. Todavia, o encontro agora se dá no reassentamento, nas visitas à Prainha e à hípica.

Assim, ao historicizar o processo de construção do reassentamento São Francisco de Assis, seguimos com a preocupação de destacar lutas, inclusive identitárias: disputas com o visitante ou com os que compram terras ali; disputas pelas escolhas na aplicação de políticas agrárias e, ainda, pela própria designação do grupo, ou seja, ser designado reassentado, colono, agricultor ou mesmo empreendedor.

Em outros termos, a questão que se coloca é a de se refletir o que significaria, para os entrevistados, ser um reassentado ou ser um colono. Entretanto, antes de conclusões, uma indagação: Existe, de fato, uma “Colônia” São Francisco de Assis? Quais os significados, concordâncias e discordâncias no momento atual?

Nesse sentido, um morador do reassentamento procurou delimitar o processo de construção do reassentamento da seguinte maneira: *“Nós estamos aqui, no São Francisco, não na colônia ou no reassentamento”* (OLIVEIRA, Djair Márcio. Entrevista – A/A). Nas palavras de seu Djair, a mudança de nome de reassentamento para colônia não significaria uma mudança radical que atingiria a estrutura e organização local, mesmo porque, em sua opinião, das duas propostas, seja reassentamento ou colônia, sobressai a organização e passado de grupo que originou e organiza o local. Todavia, os demais entrevistados que falaram sobre a questão posicionaram-se criticamente. Foi o caso do Seu Zequinha. Sua opinião representa o amálgama de relações que norteiam a questão:

É, penso eu, pra visitas, colônia seria uma boa coisa, mas não podemos descartar o que foi essa Colônia São Francisco, não descartar da história, da origem, você não pode esquecer da origem, você nasceu, você tem uma identidade, você tem uma origem, então porque da origem (MORAIS, Adilson de. Entrevista. A/A).

E esse posicionamento pode ser entendido se considerarmos o lugar social ocupado pelo entrevistado no reassentamento. Definir o nome de um lugar implica também isso. Então, seguindo os significados das políticas internas do reassentamento, podemos destacar a placa instalada na entrada da localidade, a qual informa: “Colônia São Francisco de Assis”. A Colônia São Francisco de Assis oferece aos visitantes da região um espaço de lazer e de compras de produtos beneficiados na localidade, como artesanato e alimentos.

O ecoturismo ainda está sendo implantado, mas, com a utilização da “praia”, o local é procurado frequentemente por visitantes. E isso gera rendas, pois são cerca de 800 visitantes por final de semana. Elas consomem bebidas e,

em menor número, compram produtos artesanais produzidos ali, pagando R\$ 3,00 pela entrada⁷.

Outros projetos, na opinião de Seu Zequinha⁸, poderão agregar valor à produção local e concretizar a implantação da colônia, favorecendo o desenvolvimento local:

É, turismo rural, daí o nome: Colônia São Francisco de Assis. Aqui ficou Colônia São Francisco de Assis. É um nome turístico, né, e o povo, deu 90% aqui que aprovaram.

A palavra colônia, que nem diz lá, uma colônia italiana, uma colônia... Nós viemos de todo um processo de barragem, formamos uma colônia aqui, né.

E outra, aqui já tem, a Colônia Sapucaia, Colônia Esperança, Colônia Barreto... Por que nós não vamos transformar a Colônia São Francisco?

Agora a Barateira ali, não sei se é Nossa Senhora dos Navegantes, não tem nada de reassentamento. Agora nós ali fica: *reassentamento*... Reassentamento é o processo. Agora é nome?

Pergunta: Uma colônia e um reassentamento tem suas diferenças?

Zequinha: Sim, mas eu falei assim, um processo de reassentamento, e nós vamos continuar falando, dessa luta, de tudo, agora, nós não podemos... Até pro próprio comércio ficou melhor, eles vão lá e falam: *eu sou lá da Colônia São Francisco, é diferente falar, sou lá do reassentamento*. Muita gente ainda fala dos sem terra. Entende?

O pessoal aqui, quando saiu essa palavra ali, Colônia São Francisco, muitos gostaram por causa disso. Tem gente que fez questão de já fazer ficha com o nome Colônia São Francisco. A gente tinha uma placona, coisa mais linda caiu de lá, né, com o vento. Mas nós vamos tentar recuperar (MEURER, José Rossi. Entrevista. A/A).

As disputas em torno do nome reassentamento ou colônia são materiais e simbólicas. As reticências e o emprego da palavra *agora* marcam as divergências locais. O entrevistado reconhece o significado presente na palavra reassentamento, a qual faz referência a um passado de luta, do enfrentamento. Todavia, alerta para as confusões entre assentados com reassentados e, por isso, defende a mudança para colônia. E mais interpretações estão relacionadas à sua fala.

O passado de agricultor ou colono, como nos lembra Hobsbawm, quando evocado pode afirmar ou modificar o presente e futuro (Cf. HOBBSAWM, 1998, p. 22-35). Nesse caso, o passado comum de colono também autorizaria a mudança do nome de reassentamento para colônia. Para o entrevistado isso não implica o esquecimento do passado ligado ao

movimento dos atingidos por barragem.

Ao se dizer representante dos moradores nas políticas de desenvolvimento local, seu Zequinha defende a efetivação da colônia, pois essa mudança andaria ao lado das novas necessidades locais (advindas do turismo rural). Seguindo as palavras do entrevistado, a situação poderia ser lida do seguinte modo: os colonos atingidos pelas políticas energéticas do Estado foram indenizados com terras e continuaram com sua cultura, seu trabalho, mas em outras terras, formando outra colônia.

A placa na entrada aparece enquanto um símbolo para alguns moradores, visto que há divergências quanto à sua legitimidade. Também é um símbolo para os visitantes e para aqueles que passam por ela na rodovia que liga Cascavel e Corbélia, mas, para os reassentados, a mudança no nome remete, muitas vezes, à história do grupo.

Figura 2. Placa presente no trevo de acesso ao reassentamento, nas margens da rodovia BR 369, entre Cascavel e Corbélia



Fonte: Arquivo do autor.

Lidamos com disputas internas e o posicionamento de outros moradores corroborando com a visão de seu Zequinha. É o caso de seu Alcideo e de sua esposa, dona Ana. O casal adquiriu terras no reassentamento e hoje frequenta as reuniões da associação de moradores local. Dizem, inclusive, que já são reconhecidos pela Copel enquanto reassentados. Sobre a mudança de nome para colônia, eles afirmam:

Ana: Mas, é porque mudou, o nome foi mudado pra colônia São Francisco.

Pergunta: Mudaram né, me falaram, mas é... Essa mudança foi pra melhor, para o senhor?

Alcideo: Eu acho que foi pra melhor.

Pergunta: Melhorou em qual sentido?

Alcideo: Eu acho que você chegava no comércio e fala: *você mora aonde? Eu moro na Colônia São Francisco*. Eles já não, não confundem tanto as coisas...

Ana: Que eles confundiam aqui muito os assentados com os reassentados. Agora, que mudou o nome, em vez Colônia São Francisco, então já não é assentado, já não vai dizer: *é os assentados, né*.

Pergunta: E pro pessoal que visita aqui, será que muda?

Alcideo: Muda, eu acho que muda. No meu ponto de vista eu acho que muda, até pra quem vem de visita, é... Dizer Colônia São Francisco você, fica melhor do que.... Se tivesse a placa lá dizendo reassentamento São Francisco, bastante gente ia ficar naquela, né...[...] É: *reassentamento, o que é reassentamento? Que quer dizer?* (VOESE, Ana e VOESE, Alcideo. Entrevista. A/A).

Aqui, a referência ao comércio demonstra a preocupação em serem reconhecidos como autônomos que têm crédito. Questionamo-nos, diante desse depoimento, se não está posta uma vontade de tentar apagar esse passado de discriminação.

Essas divergentes formas de usos do espaço e do passado que formam o reassentamento seguem nas memórias dos moradores. Na entrevista com seu Agenor, um fragmento de nossa conversa resume essas divergências, principalmente políticas, em torno da mudança do nome para colônia e já nos indica caminhos para problematizar a questão:

Pergunta: Quando eu cheguei lá estava escrito *Colônia São Francisco* e eu me lembro que no outro trabalho, quando eu conversava com um senhor, ele me falava: *"olha, lê lá na placa da entrada, Reassentamento São Francisco de Assis, (...) as pessoas tem que saber o que é isso!"* E agora, quando voltei, esta lá: *Colônia São Francisco*. Resumindo, o que o senhor acha de tudo isso, o nome não ajuda ou...?

Agenor: Ele, ele atrapalha, esse nome atrapalha, sabe porque, colônia, no meu ver, a colônia é coisa de 50, 60 anos atrás.

É aonde você adquiriu uma área de terra, através do Inca, do governo federal, onde você... Uma colônia de terra, daí ele titulava depois, porque essa aqui foi uma conquista, foi uma luta e sem luta você não chega a lugar nenhum...

A colônia é diferente, *co-lo-ni-za-ção*, é diferente, hoje não existe isso mais. (...) A confusão, quem confunde é a cabeça das pessoas, pessoas que não conhece a luta, não sabe da luta, não sabe o porquê do reassentamento, eles confundem, ele tá pensando que aquilo foi uma colonização do governo.

Porque eu acho assim, no meu entender, que na verdade, quem colocou aquilo ali são pessoas que não é da luta, pessoas que compraram aquilo, não é pessoas que veio do início.

Na colônia... Pra quem tá comprando, isso é bom, porque a colônia é diferente do reassentamento, pra quem tá comprando, não tá comprando do reassentado ou do assentado, tá comprando do colono (DANTAS, Agenor. Entrevista. A/A).

Questões políticas, como a luta, ainda estão na pauta e a fala de seu Agenor, de certa forma, desautoriza a fala de seu Zequinha. Seu Agenor se coloca entre aqueles que têm autoridade para falar em nome dos demais, uma autoridade possivelmente legitimada pelo fato de ele ter participado da luta. Para expressar sua opinião, remete-se a uma outra acepção da palavra colônia: significa, para ele, o resultado de um projeto de colonização pleiteado pelo Estado. Algo do passado, que não condiz com os viveres e os desafios de hoje. Diferente de seu Zequinha (naquele momento da conversa vice-presidente do Conselho Unificado), seu Agenor se diz afastado das reuniões locais. Ele é crítico das propostas implantadas na localidade, em específico, a de mudança de nome. Uma questão política e de identidade se coloca e a luta remete às políticas estatais de distribuição de terras e à preocupação com a venda de terras, pois, na denominação colônia, segundo seu Agenor, encontra-se uma estratégia que facilitaria a negociação de terras: comprar áreas de reassentamento é diferente de comprar de uma colônia.

Outro ponto relevante, que complementa a interpretação da fala de seu Agenor, é que ele esteve e está ligado à CRABI. Ou seja, atuou na implantação das primeiras iniciativas que resultaram na constituição do São Francisco de Assis. Ele diz que estava presente desde os momentos de enfrentamento e posterior negociação com a Copel. Assim, reconhece no nome reassentamento a necessidade de se destacar todo o processo de luta. Não bastaria apenas se dizer um colono, pois necessitaria, sim, estar ligado ao passado de luta.

Então, podemos resumir aqui as três leituras possíveis desse processo e dos posicionamentos dos moradores em transformar o reassentamento numa colônia. Na primeira, o entrevistado busca a defesa da mudança na origem comum de agricultor e nas exigências do agronegócio. Uma segunda postura reconhece o significado do fato de os reassentados terem no nome Reassentamento São Francisco de Assis a demonstração da vitória contra o Estado, nome que representa o passado comum, de luta, o qual, por isso mesmo, não deveria ser mudado. Enfim, uma terceira leitura: os reassentados foram alvos de desconfiança dos moradores da região e muitas vezes tiveram o direito de receber terras questionadas. Por isso precisam demonstrar, aos que desconhecem sua trajetória, que ser reassentado significa ser também colono.

As falas de Adilson, seu Zequinha, seu Agenor, de seu Alcideo e dona Ana são significativas, principalmente, quando nos levam a considerar os lugares que ocupam dentro do reassentamento. Todos estão ou já estiveram próximos à coordenação e administração local. Suas queixas sobre as confusões dos moradores da cidade sobre suas trajetórias, ou sobre o risco de esquecimento

do passado de luta, são os principais argumentos favoráveis ou contrários à denominação Colônia São Francisco de Assis.

A praiha e a hípica: lugares de encontros e desencontros

Estabelecida administrativamente e simbolicamente a colônia, o convívio entre os reassentados e os moradores da região dentro do reassentamento ou colônia evidencia a atual polêmica sobre o uso do local. A utilização do lago existente na sede do reassentamento e a construção de uma hípica gera discussões. Abrir ou não as portas para moradores das cidades vizinhas é o eixo da polêmica. As opiniões divergem e, além da questão de se sentir ou não à vontade diante de pessoas estranhas, a problemática remete às políticas internas. Para aprofundar a discussão necessitamos de um breve olhar à fisionomia desse lugar.

Ao lado do lago encontramos uma lanchonete estruturada, principalmente, para atender aos visitantes. Pouco acima existe um bar, este mais frequentado pelos moradores do local. O primeiro espaço é o que se tornou para os de fora; já o segundo, com infraestrutura mais simples, é onde ocorrem as confraternizações entre as pessoas que preferem não frequentar o mesmo lugar ocupado pelos visitantes. Alguns moradores questionam quem teria o direito de administrar a lanchonete do lago. Já em relação ao bar, uma comissão de pessoas é escolhida e/ou convidada para administrá-lo. A renda do bar é investida na localidade e, parte dela, paga a moradores que nele trabalham. Essa renda não se compara à da lanchonete, local muito mais procurado devido ao movimento das visitas. Todas as verbas arrecadadas nesses espaços devem ser investidas na manutenção e no melhoramento da infraestrutura do local. A existência desses dois locais indica uma separação entre reassentados e visitantes e, mais que isso, conflitos sobre a administração local, revelando mais disputas pelo lugar.

Um dos assuntos que é mais divergente nas entrevistas é exatamente o uso desses espaços. O ressentimento em relação às disputas pelo uso e administração do reassentamento marca as falas. Seu Agenor se posiciona a respeito:

Então, quando a gente veio pra cá, a Copel mandou primeiro recursos pra limpar aquele lago, e foi aberto o lago, foi, a gente abriu ele, secou, limpou, tirou o que tinha dentro, pauleira, coisa, foi limpo, aí foi investido, pnhado areia pra construir uma praia, foi construída aquela lanchonete, se pode ver que ela tá dentro do lago ali, foi feito um aterro ali. E construído aquela lanchonete, isso foi uma conquista, eu, a gente teve, foi dinheiro público, não é um dinheiro particular, público que a Copel mandou... [...] Aí entrou um outro pessoal ali, e privatizou [*critica à abertura do espaço a visitas*] (DANTAS, Agenor. Entrevista. A/A).

Para apresentar uma contraproposta à utilização do local por não moradores, seu Agenor destaca a proposta da criação de um clube:

Exatamente, e se você fosse inscrito, tivesse uma carteira, uma carteirinha como se fosse de identificação, que você fosse sócio daqui e tava contribuindo pra manter aquilo ali limpo, ter pessoas, zelador, tudo ali, né, com aquela contribuição de cada um, entendeu, pra evitar de vir pessoas lá de Cascavel. Inclusive até drogas traz ali, sabe, é... Ali, digamos, que não é do nosso caso ali, o cara vem ali e leva a menina fazer sexo lá dentro...

Então, a gente não queria isso, a gente queria até abrir espaço, não só pro reassentado, mas pra pessoas de fora também, de Cascavel, de Corbélia, de onde for, mas pessoa de bem, pessoas que contribuísse com um valor diferenciado, entendeu, se nós aqui, digamos, que são realmente os proprietários, se nós paga dez real ou quinze por semana, o outro o que vem de fora teria que pagar o dobro, até porque evita desses mal acabado vir pra cá. Se você põe um precinho muito baixo, não evita desse povo vir aí.

Sem dúvida, não me sinto à vontade, como é que você vai tá num ambiente que você vai tá se cuidando de um indivíduo ali, que não sabe quem é (DANTAS, Agenor. Entrevista. A/A).

Cobrar um preço maior garantiria que somente fossem até lá pessoas responsáveis pela organização do local. Um clube reúne pessoas dispostas a pagar por um ambiente controlado, organizado, vigiado, com regras sobre proibição do uso de drogas, embriaguez, atitudes que não condizem com certa moral, como é o exemplo trazido das relações sexuais em lugar público. Ou ainda, um clube permitiria que houvesse um controle sobre os participantes e garantiria um predomínio de frequentadores locais. Até poderia ter gente de fora, mas, nessa lógica, a maioria seria reassentados. Sua opinião sobre a construção da hípica segue sugerindo conflitos:

É que todas as hípicas que tinha lá onde a gente morava sempre morreu gente...

Sempre dava rolo. Eu cheguei ver gente, o cara derrubar, desciam de um cavalo, entendeu, matar assim, a tiro, o outro por causa de aposta lá e...

Pergunta: E o "rolo" que dava, geralmente era com pessoas de raíais ou... Com os de fora com os dali?

Agenor: Com os de fora e com os dali. Mas, envolve todo mundo e a fama, a fama do que não presta, por aí abrange tudo, quem não tinha nada a ver com a história, acaba atingido também, entendeu. Aconteceu em tal lugar, o cara, o povo dali que vai levar a fama, então, eu acho... Olha, briga de galo, rinha de galo e hípica de cavalo, isso pra mim não

serve. Tem outras maneiras de você se divertir (DANTAS, Agenor. Entrevista. A/A).

Além das divergências quanto ao aproveitamento do lugar pela comunidade, a reputação do local estaria em questão. De acordo com o entrevistado, essa atividade sempre deixa a comunidade *mal falada*, pois envolve apostas. Além disso, não é uma atividade que, tipicamente, os moradores frequentam, ou seja, é uma atividade que serve, basicamente, para *corredores* de fora. Próximas às opiniões de seu Agenor são as de dona Ivani e Adilson. Primeiro, dona Ivani questiona o funcionamento:

Você sabe quantas vezes eu fui lá nessa praia? Duas vezes [...].Vem maconheiro, ficam aqui no encruzo esperando, aqui ó, fumando no meio da rua aqui, como você vai passar, que nem o namorado dela [*de sua filha*] veio e teve que voltar, 10 horas da noite, que tavam fumando no meio da rua e não queriam que passasse (MORAIS, Ivani de. Entrevista. A/A).

Em seguida, Adilson complementa a fala de sua mãe:

Os cara saíam ali de noite, faziam fogo no meio do calçado ali, e ficam... Pessoas, fica perigoso de você sair sozinha de noite até.

Não é fácil, porque você quando tem algo que trás pessoas de fora, desconhecidas, que não é familiar, e você vê que tem algo de errado, com as pessoas, daí só os cegos que não vêem [...]

São mil pessoas por fim de semana, pode pegar e vim um dia ali num sábado, pode hoje à tarde, o senhor vir ali [...]

Porque se você vai ali, você vê pessoas aí que você nem...

As pessoas até vão participar ali, olhar, só que apostar... Que isso aí é um jogo, que ninguém aposta quase, que benefício trás um haras? Que benefício traz um haras pra sociedade, sendo que não dá condição nenhuma pra ninguém daqui de dentro, dá condição pra quem tem lá, as estrebarias é pros cavalos velhos de fazendeiros da região?

Não, eu sei, é a cultura, se você vai em Cafelândia, tal tem, se vai tem um haras. Mas, nós aqui não é cultura, mesmo que tinha cultura de alguém, lá era particular, na propriedade do cara, só que aqui não é da cultura do povo... Você não vê nada construído pra sociedade (MORAIS, Ivani de. Entrevista. A/A).

As preocupações não envolvem somente disputas em torno da administração, mas também questões de cunho moral. *Os de fora* seriam ameaça à integridade moral dos reassentados. E, nessa classificação do outro, encontramos também a crítica ao latifundiário, afinal, os cavalos são de

grandes fazendeiros, não são de pequenos agricultores ou dos reassentados. Outro aspecto que envolve as críticas de Adilson e de dona Ivani diz respeito ao próprio hábito de colocar cavalos para correr, associado a uma prática de latifundiário.

As disputas pelos lugares, denominada por Arantes de *guerra dos lugares*⁹, implicam a aceitação de territórios flexíveis, marcados pela ordem simbólica e moral, encontrada nos discursos oficiais desses lugares, e pelos usos e disputas por esses lugares (Cf. ARANTES NETO, 2000).

Implícito nessa discussão temos o exemplo de como os reassentados procuram recriar territórios pautados, de alguma maneira, na vida de antes. E jogam com essas possibilidades, aceitando ou não modificações de acordo com as diferentes situações.

Na fala de Adilson, o haras (hípica) não se enquadra como prática comum dos moradores das cidades do Sudoeste atingidas pelas águas do Rio Iguazu: *mesmo que tinha cultura de alguém, lá era particular, na propriedade do cara* (MORAIS, Adilson de. Entrevista. A/A). O fato de alegar que essa prática não era típica da cultura do povo justificaria a crítica ao funcionamento da hípica. O *lá* e o *aqui* são trazidos na narrativa e diferentes lugares e temporalidades servem para que, através de uma explicação cultural, Adilson se posicione.

De fato, a Prainha é mais procurada pelos visitantes do que pelos moradores reassentados. Mesmo assim, com exceção da sugestão de seu Agenor, os entrevistados não propuseram o fechamento do local para visitas. Já a hípica, essa já foi fechada no passado, isso devido a certos desentendimentos gerados pelo seu uso. Após certo período, uma assembleia optou por reabri-la. Foi o que nos contou seu Alcideo:

Aquilo ali, a raia mesmo, virou uma polêmica muito grande, porque aquilo ali tava meio abandonada, porque sempre alguém tem que tomar a frente, daí conseguiu tomar a frente, pela associação, daí da diretoria foi tirado uma diretoria que chama Conselho Unificado, só que as 8 diretorias faz parte, daí foi decidido então de alugar essa lanchonete. Tinha outras pessoas, daí foi aberto pras pessoas trazer as propostas, daí ia ser analisado e quem trouxesse a proposta melhor conseguia, então, daí foi alugado pro rapaz lá, ele já queria logo, que fosse fazer a raia. Daí como nós não queria, eu aqui e o seu Pedro, nos já sabia que o nosso pessoal aqui não ia aceitar a raia, né? (VOESE, Alcideo. Entrevista. A/A.)

Ao ser perguntado se não haveria controle, respondeu comentando sobre uma interdição que ocorrera:

É, não tem controle, tem meio malandrão, que já aconteceu isso no passado [...] Aconteceu ali briga com o pessoal daqui

com gente que cuidava... [...] Por isso que fechou, daí eles não queriam abrir, daí na época foi que dali um ano era pra se pensar e dali um ano o homem começou de novo a... e então, dali um ano foi feito uma assembleia pra ver se abria ou não, como numa assembleia sempre a maioria ali presente decide...

É, eu mesmo fui até ali e falei: *oh, da minha parte pode abrir, não tem problema nenhum*. Depois passaram ali com um abaixo-assinado pra não deixar abrir e eu no dia, votei lá que no dia, abrir, se vocês conseguir não abrir, eu não tenho nada contra e se abrir também não (VOESE, Alcideo. Entrevista. A/A).

O fato de a hípica ter sido fechada indica que as divergências tomaram forma e mobilizaram os moradores, que exigiram um posicionamento da administração. Adilson nos falou sobre essas confusões que levaram ao fechamento da hípica e também classificou os “cuidadores de cavalo” como “malandros”:

Não, fechou tava dando incômodo com os próprios cuidadores dos cavalos...

Tinha casos aqui de colegas meus de sair corrido, colega meu sair corrido, deixar a moto, abandonar a moto e sair corrido e os caras correndo de atrás com faca e tudo, escapou não sei como. E além de tudo o cara nem pagou lá que precisava, o cara gastou mais de 1.000 reais com a moto, ali na frente do colégio os cara vinha ali incomodar as meninas, os pais não podem acompanhar as meninas 24 horas por dia.

O cuidador, malandro, pra mim é malandro, vem ali daí as meninas não tem cabeça, né, vai na conversa de qualquer um e sai com muita meninada aí, isso gerava muita polêmica (MORAIS, Adilson de. Entrevista. A/A).

Tivemos o cuidado de perguntar para seu Agenor, seu Pedro, Alcideo e dona Ana sobre como seus filhos usam os espaços apresentados e eles nos disseram que estes também pouco frequentam o lago e a Prainha. Adilson e Vilmar, mais jovens, pouco vão à Prainha. Adilson diz o mesmo sobre seus irmãos. Logo, não se trata de uma rejeição que se remeta a uma questão geracional.

Em relação à hípica, a rejeição está mais explícita, afinal, as corridas de cavalo envolvem apostas inacessíveis à situação econômica dos reassentados, além de alguns, como vimos, apontarem problemas ligados à utilização da hípica como, por exemplo, o movimento de pessoas estranhas na localidade e possíveis brigas. Nesses casos de contradições internas, os “transtornos” são mais lembrados do que o lazer.

Podemos, então, trazer um resumo sobre como a sede do

reassentamento passa a ser entendida nesses conflitos. Os reassentados com quem conversamos pouco usam o lago e a hípica. A polêmica gira em torno do contato que teriam nesses locais com pessoas desconhecidas e, principalmente, com transtornos causados por parte dessas pessoas, que procuram esses espaços para transgredir as condutas legais e morais. Essa aceitação ou não do visitante envolve disputas políticas e administrativas.

O coletivo hoje: só no futebol e na igreja?

O que se faz nos fins de semana aqui no reassentamento? Ao se esforçar para responder a essa pergunta, Zequinha falou da organização interna do São Francisco de Assis. Para tanto, trouxe exemplos de como se dá a união dos moradores em torno de comunidade:

Mas era o objetivo nosso. Em vez de deixar um filho nosso ir lá pra cidade, que fique aqui, oh. Oh, nós temos, agora no outro domingo nós começamos outro campeonato de futebol, domingo vai ter jogo.

Eu sou treinador até. Mas, daqui a pouco nós vamos ter um treininho ali. E no caso, domingo vamos jogar contra o Juvinópolis e o Alto Alegre também tá no campeonato, mas tão só com aspirante, nós temos titular e aspirante (MEURER, José Rossi. Entrevista. A/A).

Apesar da rivalidade esportiva com a comunidade do Alto Alegre, o interesse do entrevistado era demonstrar a união que o futebol propicia no reassentamento. Essas atividades são tão significativas que foram eleitas pelo entrevistado como introdução de sua fala sobre a importância da construção comunitária a partir das iniciativas de produção interna.

O futebol e a religiosidade não se separam quando tratamos com os entrevistados da organização social das comunidades de onde saíram e da organização nas comunidades onde vivem agora. Estas práticas foram trazidas e isso foi facilitado pela decisão de, dentro do possível, se manter as vizinhanças. Todavia, para seu Agenor, o envolvimento de agora não é o mesmo de antes:

A única coisa que a gente tá faltando mais, eu acho até que é porque a gente é mais velho, porque lá eu me envolvia muito com diretoria de igreja e esporte. Você sai jogar e coisa, então, aqui a gente já não tem muito, mas um pouco eu acho que é porque que a gente não quer (DANTAS, Agenor. Entrevista. A/A).

A comunidade religiosa e as relações de vizinhança, em parte, ainda existem, mas não é a mesma coisa:

É que nós aqui quase não tamo indo [à igreja], até porque a gente tem as vacas pra tratar, pra cuidar, não dá tempo, às vezes.

Tem ali a igreja, mais pra frente, daqui lá dá 5 quilômetros.

Não, não é mesma coisa. (DANTAS, Agenor. Entrevista. A/A).

Talvez essa afirmativa de seu Agenor esteja relacionada aos amigos que ficaram e, ainda, a toda a mudança vivida:

Isso foi implantado aqui [sobre a política de se manter as comunidades e atividades coletivas de antes], mas, na verdade, bastante do companheirismo a gente deixou pra lá, a gente tem aqui, mas a gente não tem o suficiente, pessoas de confiança, como se fosse um irmão, uma pessoa da família, a gente deixou pra lá, porque eles não foram é... atingidos. O terreno deles não foi diretamente atingido pelas obras, mas na verdade foi, porque eles perderam a gente lá, a vizinhança, quem foi atingido veio pra cá, e eles ficaram, né, então no começo a gente teve uma briga com a empresa, Nós queria que todos que estivessem ali fossem indenizados (DANTAS, Agenor. Entrevista. A/A).

Essas atividades são significativas para os entrevistados na reconstrução e afirmação de vida, no entanto muito se modificou com a mudança espacial. Podem até jogar com moradores de Aliança do Oeste (cidade atingida pela barragem e de onde vieram muitos dos moradores do São Francisco de Assis) e esse jogo ocorre anualmente, como nos informou outro morador, *mas não é mais a mesma coisa*. Assim, também ocorre com a igreja católica. Ela foi reconstruída, continua a paróquia com o mesmo nome, São Francisco de Assis, os moradores entrevistados na sua maioria são católicos, mas o morador já não vai à missa com a mesma frequência.

As diferenças entre as celebrações religiosas de antes e de hoje, assim como o jogo que disputavam lá e as partidas de agora, provavelmente estejam no fato, entre outros, de que nem todos os antigos participantes dos locais de origem estejam agora presentes nessas atividades no reassentamento. Além da falta desses vizinhos, sua fala ainda reflete uma crítica à organização atual da "comunidade". Quando seu Agenor diz *todos dali*, na verdade, refere-se a todos os pequenos agricultores e apresenta a "comunidade" enquanto um lugar, espaço físico e reunião de trajetórias de iguais.

Com esse raciocínio é necessário voltarmos às críticas já citadas de seu Agenor sobre a venda de terras e transformação do local numa colônia, fato que favoreceria, em sua opinião, a entrada de agricultores que não participaram do processo de luta. Foi diante dessa postura que lemos sua fala sobre o fato de as coisas já não serem as mesmas. De certa forma, ele segue com a crítica à administração atual, que favorece a entrada de mais pessoas

estranhas na comunidade. Assim, portanto, nesse raciocínio, cada vez mais as celebrações religiosas e os jogos seriam compostos por outros.

E mais coisas mudaram, de acordo com o entrevistado, além do futebol e da religião, na comparação entre ontem e hoje, ou entre lá e cá:

Pergunto: Inclusive, aqui tem uma questão interna, é... Nem sempre os nomes que estão no papel, é como as pessoas se chamam. Por exemplo, acho que a Vargem Bonita, era Aliança do Oeste, não?

Agenor: Como é que é... A Aliança do Oeste era Barra Bonita [...]. É aqui onde que o Genivaldo mora, na época era Maroto e agora é Vargem Bonita. [...] Lá era Maroto. O São Lucas, não era São Lucas, era Rato. [...]

Pergunto: Quem que propôs esses nomes todos aí, Aliança, Vargem Bonita...

Agenor: Aqui foi o seguinte, quando a gente veio pra cá, porque cada um era de uma localidade e cada localidade tinha aquele nome, daí quando vem pra cá, aí mudaram, né, o São Lucas que era Rato, mudou pra São Lucas...

[...] O padroeiro era São Lucas, eles ponharam o nome da comunidade deles de São Lucas. Aqui na Santa Luzia não foi diferente: Santa Luzia era o Laranjal no começo, lá era o Laranjal, daí a padroeira da igreja deles lá era Santa Luzia, daí eles vieram pra cá e mudaram pra Santa Luzia.

Pergunto: O senhor ainda fala: *vamos ali no pessoal do Laranjal*, ou hoje em dia já...?

Agenor: Hoje não falo porque fica eu falando e às vezes tem gente que nem tem noção (DANTAS, Agenor. Entrevista. A/A).

Novamente as mudanças vividas são trazidas criticamente. Reparamos que, ao citar o jogo que faziam contra a comunidade do São Lucas, o entrevistado referia-se a ela com o nome como ela era conhecida em Boa Vista da Aparecida: o Rato (esta foi nomeada por São Lucas no reassentamento, em homenagem ao padroeiro da comunidade). Somente os que já moravam lá conheceriam os nomes das comunidades que passaram pelo processo de alagamento. Dessa maneira, podemos seguir a ideia de que nem o futebol, nem as reuniões na igreja e nem mesmo o tratamento entre os membros de comunidades vizinhas tem agora o mesmo significado. Provavelmente, ao destacar essa outra diferença entre a vida em comunidade, e que poucos conhecem o nome original dessas comunidades submersas, seu Agenor novamente tece uma crítica à venda de terras para estranhos à luta dos reassentados, pois, de acordo com ele: *"hoje não fala porque fica eu falando e às vezes tem gente que nem tem noção"*.

As entrevistas nos falam de ausências e de mudanças. Mesmo a igreja, estando próxima de sua casa, mesmo os jogos ocorrendo e mesmo que as vizinhanças tenham sido, dentro do possível, mantidas, já não é a mesma coisa.

A mudança espacial significou mudanças nas sociabilidades. Nem por isso, porém, as divergências são novidades para os moradores que vieram para o reassentamento, pois antes elas existiam também.

Percebemos que a vida nas barrancas do Rio Iguaçu e na região próxima não era desprovida de conflitos, por isso as discordâncias de agora não são algo novo para seu Pedro. Elas foram apenas intensificadas diante das novas situações que se apresentaram:

É que maioria é com o grupinho, confusão, a outra maioria é dívida...

Pergunto: Mas, por que que lá não havia brigas se eram os mesmo vizinhos?

Pedro: Tinha, tinha, só que era meio... Não tinha como ele vender o pedacinho que ele tinha. (...) Não valia nada. Se ele vendia aquele pedacinho que ele tinha, onde é que ele ia? E aqui, hoje, do jeito que tá as terras, hoje se eu quiser vender agora, eu ligo prum cara e ele me dá 1.500 sacas de soja por alqueire. Então, é um monte de dinheiro, então os caras não guentam, sabe, começam a colocar na cabeça, esse monte de terra vai dar tanto, eu compro umas 10 vezes mais terras lá naquela região que nós morava, ou pra lá, e sobra muito dinheiro, então os cara colocam minhoca na cabeça (ROCHA, Pedro. Entrevista. A/A).

Ressentimentos e conflitos existiam, mas a “necessidade” de agora, de se demonstrar uma origem na terra e de ser um “empreendedor” gera novas relações e outras possibilidades.

Não teria sentido afirmar que as coisas não mudaram, até porque ficou explícito nas reivindicações dos moradores o fato de que algo foi “deixado para trás” e, a partir dessa perda, o processo de reassentamento iniciou-se. Mesmos nos momentos em que, ao invés de saudosismo, aparecia presente nas memórias a descrição de um processo de mudança marcado pelas dificuldades e conquistas, ou mesmo de luta, o hoje não poderia ser mais o mesmo que o vivido nas terras submersas.

Nos diálogos anteriores podemos ter uma noção geral da sociabilidade de antes e da de agora. Nessa apresentação de atividades coletivas, chegamos a algumas considerações que “amarram” a problemática deste tópico. Primeiramente, o futebol e religiosidade geravam as principais formas de sociabilidade das famílias antes de migrarem. Também percebemos que foi com essas atividades que se buscou formar uma comunidade também no reassentamento, dificilmente alcançada a partir de reuniões sobre a administração local. Outra questão importante: tanto o futebol quanto a igreja já não são a mesma coisa e essa observação está permeada pelas disputas pelo território. Seu Agenor reforçou essa crítica ao narrar como as disputas esportivas entre as comunidades não têm mais a mesma rivalidade de antes.

Provavelmente, a ausência de algum companheiro e a compra de terras por pessoas da região influencia nessa diferença. Por fim, as divergências de hoje não “controladas” pelo futebol e pela igreja não significam algo novo socialmente falando. As *confusões*, como nos lembra seu Pedro, sempre existiram e, agora, no reassentamento, ganham novas formas e novos arranjos, seja na hora do futebol ou em qualquer atividade que vise o bem da coletividade.

Algumas considerações

Nossa proposta foi dialogar com memórias para então apresentarmos possibilidades de uma escrita sobre reconstrução de territórios. Tal proposta foi permeada pelo estudo de identidades. Essas disputas podem ser entendidas a partir do estudo da própria materialidade do reassentamento, nesse caso em específico com os projetos ligados ao ecoturismo, representado pela construção e utilização da Prainha e da hípica, no reassentamento.

As narrativas dos moradores demonstraram como as apropriações simbólicas estão relacionadas com as disputas pelos lugares. Por sua vez, essas disputas recorrem às disputas pelo passado. Afinal, dizer-se próximo ao passado de luta, procedimento comum do grupo reassentado, ou ainda a toda uma tradição que os liga ao homem do campo, autoriza os entrevistados a se posicionarem e a reafirmarem lugares sociais no reassentamento e nas cidades vizinhas. Dessa forma, as memórias nos ajudaram a compreender parte desse processo de construção de territorialidades muitas vezes organizadas em torno do dilema da construção comunitária, no qual a segurança presente na idealização comunitária pouco pode ser alcançada diante das políticas atuais de trabalho e talvez se aproxime de sua efetivação em práticas como o futebol.

Construir um território remete ao entendimento de viveres marcados por disputas, resistências e cooperação, e remete, também, ao entendimento dos lugares sociais ocupados e disputados, das identidades disputadas e negociadas, das políticas agrárias, energéticas e econômicas e da própria estrutura regional.

Notas

* Mestre em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).
E-mail: palhajr@yahoo.com.br.

¹ Este artigo apresenta parte das problematizações da pesquisa de mestrado defendida em 2009 e intitulada: *Memórias de Luta, Lutas pela Memória: O Reassentamento São Francisco de Assis (1995-2008)*.

² Adotaremos, no decorrer de toda a escrita, a denominação “reassentado” e/ou “atingido”. O uso destes termos metodologicamente ajuda-nos a apresentar os **sujeitos** ou “agentes” sociais que interagem no decorrer de nossa pesquisa. Assim, reassentado e atingido referem-se a pessoas que têm uma trajetória comum: o

deslocamento forçado de suas terras devido ao processo de submersão desses locais quando da construção da hidrelétrica de Salto Caxias; participam de um movimento social em torno de luta na e pela terra e têm seus relacionamentos tanto com moradores das cidades de Cascavel e Corbélia, por exemplo, como recebem outros agricultores que compraram terras no reassentamento e não participam desse processo vivido pelos reassentados. Um dos fatores que nos levaram a adotar esse termo, reassentado, foi o fato de os próprios moradores se designarem dessa forma. Essas outras denominações e a razão do uso de outros termos serão citadas e analisadas no decorrer do trabalho, visto que considerados o realce nos processos de autoidentificação importantes para analisar as narrativas.

³ Os embates diante do Estado, representado pela Copel, significaram reunir em torno de uma causa e com diferentes graus de adesão, políticos, grandes proprietários, médios e pequenos agricultores, meeiros, posseiros e agregados. Os resultados desses embates, apresentados no decorrer deste trabalho, significaram, a partir de 1995, mudanças nas vidas de 1.322 famílias destituídas em nove municípios da região Sudoeste do Paraná, sendo eles: Capitão Leônidas Marques, Boa Vista da Aparecida, Três Barras do Paraná, Quedas do Iguaçu, Nova Prata do Iguaçu, Salto do Lontra, Boa Esperança do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu e São Jorge do Oeste. Dessas famílias, 612 foram reassentadas em 10 reassentamentos. As famílias atingidas pela água da barragem, possuidoras de propriedades compostas por mais de 5 alqueires, foram indenizadas com dinheiro. Foram incluídas no projeto de reassentamento as famílias que possuíam área de até 5 alqueires, juntamente com meeiros, posseiros e agregados. Assim, das 612 famílias reassentadas, 483 optaram pela indenização de terra por terra e 159 optaram pela indenização em dinheiro para comprarem terras em outras localidades. Das famílias indenizadas por terra, 76% eram de pequenos proprietários. De acordo com: Relatório da Companhia Paranaense de Energia (COPEL). Departamento do Reservatório Usina Hidrelétrica de Salto Caxias. **Programa de reassentamento: determinação do público**. Curitiba, maio de 1995.

⁴ Não pretendemos responder se a criação da colônia representa ou não um estágio final do reassentamento, resultado dos movimentos de lutas por terra, inserção regional, reivindicações de um movimento social e da construção de identidades. Da mesma maneira, não podemos concluir se o nome *colônia* representa, de fato, as expectativas da maioria dos sujeitos envolvidos no processo, nem, por outro lado, defender que esta designação seja uma estratégia momentânea da administração local para a inserção nos discursos e políticas do agronegócio ou das iniciativas de agregar valor à mão de obra familiar. O que pretendemos apresentar são as disputas sociais, administrativas e identitárias envolvidas nesse processo.

⁵ Aqui, ao utilizarmos o termo *comunidade*, referimo-nos à divisão espacial e administrativa do reassentamento, sendo oito as comunidades do São Francisco de Assis.

⁶ Pertencer a uma comunidade, no mundo atual, de acordo com Bauman, significa estar diante de um dilema: a busca por segurança em meio à individualização típica das sociedades capitalistas. O dilema de se viver em sociedade está marcado, nesse estudo genealógico do autor, pelo poder de secessão dos “bem sucedidos”, elite que sobreviveu à recessão do capital e que hoje vive fechada em redomas capitalistas. Protegidos do convívio em comunidades por seus condomínios e pelas possibilidades cotidianas do mundo capitalista, construído em viagens a negócios e atividades cotidianas realizadas virtualmente, pela internet, de maneira que não necessite de

maior envolvimento comunitário. As contradições do convívio em comunidade ainda foram bem destacadas pelo autor nas discussões sobre diferenças entre comunidades fortes e fracas, com a observação das relações de força e desigualdades entre os sujeitos, discursos e políticas que envolvem essas relações sociais. Nesse sentido, um exemplo apresentado por Bauman destaca maneiras como, em muitas relações desiguais do capitalismo, os discursos sobre o multiculturalismo acabam sendo apontados enquanto uma espécie de justificativa das elites para as desigualdades sociais e históricas. Nessa perspectiva, a diferença cultural deixa de ser o ponto de partida para o estudo do social e acaba corroborando a naturalização das diferenças.

⁷ Valor cobrado na temporada de 2007/2008.

⁸ Seu Zequinha, morador advindo do município de Três Barras, acompanhou o processo de mobilização dos moradores e adquiriu terras no reassentamento em meados de 2001.

⁹ Na obra em destaque, o passeio que Arantes nos convida a fazer pela Praça da Sé, em São Paulo, ajuda-nos a compreender como os sujeitos se utilizam e atravessam lugares e marcos de cenários híbridos.

Fontes

DANTAS, Agenor. **Entrevista**. Reassentamento São Francisco de Assis, em 5 de março de 2008. (A/A).

MEURER, José Rossi. **Entrevista**. Reassentamento São Francisco de Assis, em 25 de julho de 2007. (A/A).

MORAIS, Adilson de. **Entrevista**. Reassentamento São Francisco de Assis, em 8 de março de 2008. (A/A).

OLIVEIRA, Djair Márcio. **Entrevista**. Reassentamento São Francisco de Assis, 27 de julho de 2007. (A/A).

ROCHA, Pedro. **Entrevista**. Reassentamento São Francisco de Assis, em 1º de março de 2008. (A/A).

VOESE, Ana e VOESE, Alcideo. **Entrevista**. Reassentamento São Francisco de Assis, em 3 de março de 2008. (A/A).

Referências

ARANTES NETO, Antonio Augusto. **Paisagens paulistanas: transformações do espaço público**. São Paulo: Ed. Unicamp, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidades: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

HOBBSBAWM, Eric. O sentido do passado: o que os historiadores devem a Karl Marx?; A história vista de baixo para cima. In: _____. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento, silêncio". **Revista Estudos históricos**, 2 (3). Rio de Janeiro, 1989.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Revista Projeto História**, São Paulo, PUC/SP, n. 15, 1997.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Recebido em: fevereiro de 2010.

Aprovado em: agosto de 2010.